

## A RAZÃO RANGENDO OS DENTES: TEORIA E MILITÂNCIA EM E. P. THOMPSON

*Eder Alexandre Martins*<sup>1\*</sup>

*Sara Krieger do Amaral*<sup>2\*\*</sup>

MÜLLER, Ricardo G.; DUARTE, Adriano L. (Org.) *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

No ano de 2003, dez anos após a morte de Edward Palmer Thompson, os programas de pós-graduação em História, Sociologia Política e Educação da Universidade Federal de Santa Catarina organizaram o seminário “Política e Paixão: dez anos sem E. P. Thompson”. O evento buscava revisitar a obra do autor, discutir seus principais temas e conceitos e reafirmar a centralidade da “classe” e da “consciência de classe”, frente à influência das concepções pós-modernas na área das Ciências Sociais. Os debates também pretendiam comemorar os aniversários de 40 anos da obra *The making of the English working class* e de 25 anos de *The poverty of theory*, celebrações que hoje, dez anos mais tarde, reabilitam-se.

Em 2012, Ricardo G. Müller e Adriano L. Duarte, professores dos departamentos de Sociologia e Ciência Política e História da UFSC, organizaram, com alterações, os textos apresentados no seminário de 2003 e impressos na revista *Esboços* (n. 12, 2004/2) e publicaram o livro *E. P. Thompson: Política e Paixão*. Tal como o evento, o livro mostra duas das faces de Thompson, historiador e militante político, e reflete sobre suas contribuições para as Ciências Humanas. Os artigos enfatizam algumas das

---

<sup>1</sup> \* Mestrando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>2</sup> \*\* Mestranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); bolsista CAPES-DS.

principais preocupações teóricas e políticas que atravessam a obra e marcaram a trajetória militante de Thompson.

O livro é aberto com a tradução inédita em português do “Pós-escrito de 1976”, da edição revista de *William Morris: Romantic to Revolutionary*, primeiro livro de E. P. Thompson e publicado originalmente em 1955. A presença do pós-escrito na coletânea está vinculada a duas preocupações, confessas, dos organizadores: dar publicidade a um texto fundamental da obra de Thompson, pouco acessível a historiadores brasileiros, e resgatar a função estratégica da utopia, dentro do pensamento socialista, como ferramenta de “educação do desejo”. Vinte e um anos separam os dois textos, tempo no qual Thompson fez um levantamento das produções sobre William Morris e das críticas que recebera. No pós-escrito, discute o socialismo de Morris e sua própria adesão, faz uma revisão das considerações sobre esse personagem complexo, que foi artista, poeta, romancista e militante político, e afiança o propósito no livro: de analisar o romantismo e sua influência na vida de Morris e entendê-lo como um pensador socialista original, com uma obra que permitiria um salto qualitativo do marxismo baseado no diálogo com elementos do universo intelectual dos românticos.

Thompson afirma que há um duplo preconceito com Morris. De um lado, um campo de pensamento que, ao apreciar a qualidade de sua literatura, tenta ignorar, e tornar ignorada, a vinculação de sua obra com sua condição de pensador e militante marxista e, de outro, o campo dos próprios marxistas, que separam os escritos políticos dos utópicos ou negam o valor de toda a sua obra. Por isso, a partir das leituras de Miguel Abensour e John Goode, Thompson reconsidera parte de seus argumentos e conclui não ter percebido a importância de rejeitar a antinomia científico-utópica elaborada por Engels. Abensour estudou a tradição utópica e afirma que as críticas à utopia anteriores a 1850 não precisam condená-la; que Morris é um comunista utópico; que o marxismo não deveria criticar Morris, mas a si mesmo, porque domestica e reprime a utopia. Ela deveria ser resgatada, pois confunde e questiona nossos valores, educa os desejos a

desejarem mais, de outro jeito, e nos permite perceber que o real é maior que o modelo societário hegemônico, maior que o próprio pensamento, e, por esse motivo, aberto às explorações do desejo. John Goode estuda a trajetória de Morris e afirma que foi o desespero frente às determinações do capitalismo que o conduziu ao socialismo revolucionário. Chega perto das conclusões de Abensour, mas nega a utopia e afirma que “lugar nenhum” é uma antítese conceitual, uma agonia. Para Thompson, *Notícias de Lugar Nenhum*<sup>3</sup> propõe realmente valores alternativos, e os dois autores, tomados juntos, “traz[em], finalmente, notícias de algum lugar novo” (p. 83).

Morris só poderia ser incorporado ao marxismo a partir de um reordenamento do próprio marxismo, que promoveu, a partir de 1880, um fechamento teórico, ao se aproximar do determinismo e do positivismo, e considerou a crítica romântica ao capitalismo moralista e utópica. A releitura da função da utopia como um sonho que serve para orientar a ação no real, embora ela própria irrealizável de forma completa, recoloca de forma belíssima a originalidade como uma possibilidade para a classe operária.

Os artigos posteriores apresentam algumas críticas que E. P. Thompson sofreu, mas, principalmente, suas contribuições para o campo da história social e suas reflexões políticas, a partir da revisão de temas como cultura, experiência, coletividade, exterminismo, liberdade política, além da discussão de seus procedimentos metodológicos, da relação entre sua obra, o marxismo e os estudos sobre protesto social e de sua recepção na Itália. Importa lembrar que o seminário *Política e Paixão* aconteceu dentro de um período histórico francamente desfavorável ao pensamento marxista, período marcado, entre outras coisas, pela fortíssima influência das concepções pós-modernas, sobremaneira no mundo acadêmico, pela hegemonia

---

<sup>3</sup> Romance utópico de William Morris, publicado em 1890 e traduzido para o português em 2002. Ver: MORRIS, William. *Notícias de Lugar Nenhum ou uma época de tranquilidade*. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002

aparentemente irrevogável do neoliberalismo e por determinado fracionamento das bandeiras do movimento operário. A articulação desses, e de outros elementos, ainda contaminava o espírito do tempo com certa sensação de “fim da história”. Percebamos que os autores estavam imersos e obviamente, pela natureza dos textos, em conflito com tal ambiente. Por isso, embora Thompson tenha discutido parcialmente esse assunto, apenas no início da década de 1990, grande parte dos seus argumentos é utilizada para combater a primazia dos discursos e jogos de linguagem, o relativismo e o ceticismo.

Ciro Flamarion Cardozo faz um levantamento da participação de Thompson no Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico. Afirma que Thompson tem grandes contribuições à historiografia e ao marxismo, principalmente porque negou a dicotomia base/superestrutura, que não se mostrou operacional ao separar material e ideal. Apesar disso, faz críticas ao dizer que a história social inglesa define “revolta” de forma vaga e minimalista, e não reconhece certas influências em seu pensamento (como Raymond Williams, Karl Polanyi e Clifford Geertz), e alega que Thompson esqueceu a importância das estruturas e usa a “cultura” de forma inadequada e pouco discutida teoricamente, privilegiando os símbolos, os valores e as ideias, e a separando do social. Sua crítica, entretanto, parece se basear numa visão seletiva da obra do historiador, porque usa apenas dois textos para “demonstrar” a concepção de cultura, já que não encontrou uma “definição formal” para o termo. Todavia, negligencia, por exemplo, a introdução do livro *Costumes em Comum*, em que Thompson diz esperar que a “cultura plebeia” do século XVIII “tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos ‘significados, atitudes, valores’, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais. [Assim,] a ‘cultura popular’ é situada no lugar material que lhe corresponde”.<sup>4</sup>

Talvez a valorização dos elementos culturais e a aproximação

---

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17.

com a antropologia possam dar margem tanto às críticas de certas correntes marxistas, como fez Ciro F. Cardoso, que o acusa de separar o social do cultural e supervalorizar os elementos simbólicos da cultura, quanto ao que Marcelo Badaró Mattos chama, no prefácio do livro, “de ‘domesticação’ do pensamento de Thompson”, promovida por alguns historiadores culturalistas, que enxergam “a dimensão cultural como autônoma” (p. 11). Thompson, porém, rejeita qualquer concepção que negue a materialidade dos fenômenos culturais.

Outra crítica que Thompson recebe, exposta no texto faz referência a sua recepção na Itália, em que Henrique Espada Lima faz uso de um “estudo de caso”, a trajetória intelectual de Edoardo Grendi, para exemplificar a influência da História Social Inglesa na elaboração de uma microanálise histórica. A relação de Grendi com os estudos sociais britânicos iniciou na década de 1950, quando pesquisou o socialismo inglês nos séculos XIX e XX. Apesar de sua afinidade com os “de baixo”, não concordava com a teoria marxista, criticando seu quadro analítico e os conceitos centrais, que via como teleologismo, mas seu interesse por temas comuns ao marxismo aproximou o dos historiadores sociais ingleses. Talvez por isso tenha resenhado *The making of the English working class* e discordado de Thompson devido à ausência de dados numéricos (demografia, estratificação, quantificação), a uma tendência à generalização fácil, pois nacionalizava fenômenos sociais locais, e por não conseguir integrar as diversidades das sociedades e culturas locais de modo consistente.

Teoricamente, Grendi preferia as referências de Karl Polanyi às de Marx, por sua aproximação com a antropologia, e pela percepção do significado cultural e social no surgimento da sociedade de mercado. Em virtude disso, cria alguma simpatia aos estudos de Thompson mais maduro, quando se aproxima da compreensão dos significados simbólicos e culturais das mudanças econômicas no século XVIII. Espada Lima faz um levantamento da relação de Grendi e Thompson, mas quase não se posiciona, exceto quando diz que a crítica daquele a uma

obra que ficou conhecida como uma experiência radical a partir de baixo foi muito dura. Por isso, fica a dúvida sobre a opinião do próprio autor a respeito de seus personagens.

Célia R. Vendramini discute a noção de experiência como forma de apreensão da realidade. A experiência surge espontaneamente e, com ela, o pensamento, resultado da racionalidade humana e da inevitável reflexão que nos leva a fazer sobre o mundo. A autora percebe tal formulação como fundante na demarcação entre o pensamento de Thompson e as correntes estruturalistas e pós-estruturalistas e advoga que o conceito de experiência permite reestabelecer a historicidade da natureza humana superando leituras de sujeitos inertes diante de movimentos estruturais ou de criaturas que refundariam o mundo a cada novo ato. Em um diálogo entre ser social e consciência social, a experiência permite pensar a relação passado (o processo social que a engendra), presente (o contexto, a vida material) e futuro (as perspectivas) para compreender os movimentos sociais, tal como a autora fez em sua pesquisa sobre o MST.<sup>5</sup> Já Regina Célia L. Hostins, ao perguntar como o historiador lê e interpreta o evento histórico, objeto que está sempre em movimento, recupera os pressupostos teórico-metodológicos de Thompson e busca perceber como usou a “lógica histórica” no processo de investigação da “formação da classe operária inglesa”, num diálogo entre teoria e evidência.

O estudo dos protestos sociais, discutido no texto de Sidnei José Munhoz, tem grande contribuição de Thompson, pois até a década de 1950 essas manifestações populares eram caracterizadas como desorganizadas, criminosas e perigosas, tanto por marxistas quanto por conservadores, que além de reprimi-las, temiam-nas e, por isso, acabaram promovendo reformas sociais. Diversas correntes do marxismo abordaram as manifestações de “massa” como “espontaneístas”, o que, para Dieter Groh, é uma incompreensão dos “processos de base”. Novos estudos promovem outra interpretação, procurando entendê-las a partir “de baixo”, entre os quais E. P. Thompson

---

<sup>5</sup> Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

merece destaque, porque percebe os protestos das multidões como resistência consciente dos pobres contra as mudanças e perdas de direitos geradas pelo capitalismo. Esses estudos influenciaram diversas outras pesquisas, exemplificadas no artigo.

O texto de Maria Célia M. de Moraes e Ricardo G. Müller tem início com a constatação de que as Ciências Sociais, cedendo diante de um projeto político e epistemológico de recuo das fronteiras do real aos limites da experiência sensível, dividem-se entre o levantamento e a interpretação de tendências mecânicas dos conjuntos de dados empíricos e a descrição vulgar das múltiplas faces do cotidiano. Na confusão entre ceticismo epistemológico (a descrença no conhecimento como forma de abordar o real) e relativismo ontológico (a consciência de que todo saber é parcial) articula-se a crença de que é impossível encontrar qualquer verdade além das percepções mais imediatas da vida.

Frente a tal cenário, retomam o imperativo prático de teorizar a existência alargando o campo do conhecido. A proposta metodológica remete ao essencial do método em Marx, abstração de partes da práxis, sua saturação por determinações no campo do pensamento e seu retorno à práxis. Articulada na explicação do que Thompson considerou o “método lógico de investigação adequado a objetos históricos” parte de uma proposta metodológica para a escrutinação do real. Afirma-se então a cognoscibilidade do real, é mostrada a verdade do conhecimento histórico dentro de um campo definido, a impertinência de teorias que não coadunem com as evidências, a mútua determinação de pergunta e resposta e a indestrutibilidade ontológica do passado. Resulta uma proposta de dialética do conhecimento histórico como resultado (síntese) da relação de um objeto teórico (tese) com uma evidência não teórica (antítese): um diálogo entre teoria e evidência que nos autoriza a testar hipóteses na vida, e lá não encontrando seu desmentido, aceitá-las como conhecimento verdadeiro.

Em seguida, os autores enveredam pela análise dos conceitos de experiência e cultura na obra de Thompson. A articulação conceitual entre cultura e experiência é apresentada como oportunidade de superar simplificações do pensamento

de Marx que levam parte dos marxistas a perceber os modos de produção em termos exclusivamente econômicos. Importa notar que acontecimentos políticos ou culturais, mesmo que condicionados pela produção concreta da vida, têm autonomia e estão íntima e inseparavelmente ligados às formas pela qual a produção estabelece-se e realiza. Ali, cultura e experiência entrecruzam-se gerando resistências. O motim não é óbvio, pois, mesmo diante da fome, revolta e tolerância ele acontece de formas diferentes em culturas diferentes. As normas e a cultura são tão reais quanto as bases materiais da produção; ao perceber isso, os autores nos atentam para uma das consequências lógicas do pensamento de Thompson, a percepção das classes sociais como formas, tanto econômicas quanto culturais, pela qual a relação dialética entre sujeitos opera.

A experiência é apresentada como termo médio na articulação entre ser social e consciência social e dividida em dois complexos: experiência I, das causas materiais contingentes, e a II, da experiência como percebida – a II influenciada fortemente pela I, mas vivida por instrumentos próprios de cada cultura. Afirma assim a pertinência de perceber a experiência na luta de classes compreendendo, além de determinações econômicas, o peso das respostas mentais e emocionais que os sujeitos históricos concretos dão às muitas questões de sua existência. Entender a experiência e a cultura torna-se extremamente importante na compreensão da luta de classes e abre uma possibilidade de articulação entre estrutura e processo. Segue que a tarefa do pesquisador é persistir na explicação dos eventos identificando causas, meios, princípios e tendências dos processos e não esquecer que, ao estar inseparavelmente ligada ao real, “a teoria tem consequências”.

Adriano Duarte discute a forma como E. P. Thompson aborda as questões legais e os usos dos costumes, a partir da seleção de textos feita por Dorothy Thompson, no livro *The Essential*, especificamente na parte “Lei e Costume”, composta de quatro textos. Os direitos de herança e as mudanças provocadas pela monetarização do uso da terra são abordados no texto *The Grid*

*of inheritance: a comment*, em que Thompson mostra que o que se herdava no século XVIII era não tanto a propriedade, mas certos direitos de exploração e como a obsolescência desses costumes afetou a vida dos pobres. Quando estudou a decadência das relações paternalistas, o historiador encontrou o confronto entre uma *economia moral* dos pobres e a nova economia de mercado, que desprezava as necessidades dos “de baixo” na distribuição e no preço dos alimentos. Nesse caso, o costume legitimava as ações diretas da multidão para regular os preços de acordo com o justo. Outra forma de protesto ou extorsão eram as cartas anônimas endereçadas aos ricos para obter vantagens pessoais ou coletivas. *The crime of anonymity* mostra como, mesmo com uma lei severa em caso de identificação dos autores das correspondências, havia pressão popular para que o júri abrandasse as penas.

Por isso, Thompson esclarece, em *O império da lei*, que, se por um lado a lei é um instrumento de dominação e de hegemonia dos setores dominantes, ela também serve aos de baixo porque regula e restringe o poder arbitrário. Por mais dura que fosse, era melhor do que nenhuma lei, mesmo porque, para manter seu efeito legitimador, precisava, às vezes, beneficiar os pobres, tornando-se instrumento, não só de dominação, mas também de mediação entre as classes. No fim do texto, Duarte faz um resgate do engajamento de Thompson, com um comentário sobre sua militância em defesa do socialismo e da “agenda de 1956” e contra o exterminismo, o autoritarismo e a apatia política do neoliberalismo, e percebe que a falta de igualdade perante a lei é um dos maiores motivos de injustiça no Brasil.

Em *Exterminismo e liberdade política*, de Ricardo G. Müller, novamente se percebe que as teorias de Thompson tiveram consequências em sua vida. Müller clarifica as formas pelas quais as reflexões de Thompson implicaram em sua militância política mais imediata. A obtenção do conhecimento histórico pelo diálogo entre teoria e evidência leva-o a conclusões que influíram pesadamente em sua ação política. Explorar o dissenso (movimentos de oposição) no sentido de obter ganhos efetivos

para os de baixo colocou-o em conflito com a maior parte da tradição marxista. Esse marxismo, capaz de articular aspirações políticas e processos históricos, leva-o a uma intensa militância política de tradição de crítica e de práxis radicais. Para Thompson, as maiores questões colocadas para os de baixo eram a violação sistemática aos direitos humanos e a proliferação indiscriminada do arsenal nuclear, por isso, demarcou com estatismo e autoritarismo, ao propor uma política vista de baixo, assentada na tradição política libertária e no pacifismo nuclear.

O historiador percebeu nas lógicas e nos métodos que ordenavam o ocidente, na Guerra Fria, um “determinismo moral”, espelhamento do mundo soviético disfarçado de luta do bem contra o mal. Viu a hegemonização de um ideário que apelava para o desencanto e a tradição, reforçando um sentimento de niilismo e a sensação de impotência diante do mundo, o que chamou de “ideologia natopolitana” (referência à OTAN).<sup>6</sup> Esta sacrificou o poder de ação de muitos, auxiliou na erosão de direitos dos de baixo e participou de um caldo econômico e cultural que fragmentou, particularizou e sectarizou a ação política das classes subalternas. A dispersão de recursos, inevitável em tal situação, preocupou seriamente Thompson e o levou ao apelo para uma tentativa de que os movimentos somassem forças no sentido de agir no teatro nacional.

Thompson nos mostra como a Guerra Fria operava a partir de uma dinâmica própria, de uma lógica interna e de um conjunto específico de argumentos. Nesse contexto, surgem aparelhos militares autorreprodutivos, a submissão e o reforço da dominação nos países satélites e o risco concreto de uma guerra nuclear a partir de um desequilíbrio sistêmico. Assim, ele propõe a ideia de *exterminismo*, baseado na dinâmica do sistema de armamentos e com uma lógica de funcionamento que poderia levar a um confronto nuclear através de um acúmulo de massa crítica capaz de sofrer uma detonação irracional. A forma como Müller nos conduz através do pensamento e da militância do historiador

---

<sup>6</sup> Organização do Tratado do Atlântico Norte.

lança luz sobre uma prática desejosa de articular forças e projetos que tivessem como imperativo a razão humana, salvando-nos de uma equação perversa que nos colocara às portas da extinção.

O conjunto de textos presente no livro lança luz sobre a trajetória de Thompson, discute seus temas, suas propostas teóricas, metodológicas e políticas, sua recepção, por meio de críticas, apreciação de suas contribuições às Ciências Humanas e demonstração da militância política em que foi atuante. Mostra como o historiador apresentou uma nova leitura de elementos centrais do pensamento de esquerda e do próprio marxismo, em que conceitos como classe, consciência de classe, Estado, hegemonia, lei, vanguarda e partido são ressignificados dentro de uma nova leitura da dinâmica do movimento histórico realizado pelos de baixo. Thompson demonstra sua preocupação com os trabalhadores, tanto nos estudos de uma “história vista de baixo”, quanto na sua militância e proposta de uma “política a partir de baixo”, em que valoriza a ação humana como possibilidade de construção de um futuro mais justo